


AUTORIDADE DOCENTE: UMA QUESTÃO SOBRE GÊNERO E RAÇA

 10.5935/2177-6644.20220009

TEACHING AUTHORITY:
A QUESTION OF GENDER AND RACE

LA AUTORIDAD DOCENTE:
UNA CUESTIÓN DE GÉNERO Y RAZA

Mariana Corradi Bruno *

 <https://orcid.org/0000-0003-0262-7133>

Resumo: Este artigo pretende tensionar um debate acerca de um dos resultados obtidos através de uma pesquisa de mestrado de cunho qualitativo que analisou as percepções de autoridade de professoras iniciantes que atuam em escolas públicas do ensino médio e suas relações com o gênero. Foram entrevistadas sete professoras que atuam no ensino médio e público de Minas Gerais. Dentre os resultados da pesquisa, constatou-se que o fator raça do professor também pode influenciar na legitimidade da autoridade docente.


Palavras-chave: Autoridade Docente. Gênero. Raça.

Abstract: This article intends to tension a debate about one of the results obtained through a qualitative master's research that analyzed the perceptions of authority of beginning teachers who work in public high schools and their relations with gender. Seven teachers who work in high school and public education in Minas Gerais were interviewed. Among the research results, it was found that the teacher's race factor can also influence the legitimacy of the teaching authority.

Key-words: Teaching Authority. Genre. Race.

Resumen: Este artículo pretende tensionar un debate sobre uno de los resultados obtenidos a través de una investigación de maestría cualitativa que analizó las percepciones de autoridad de los profesores principiantes que actúan en escuelas secundarias públicas y sus relaciones con el género. Fueron entrevistados siete profesores que actúan en la enseñanza media y pública de Minas Gerais. Entre los resultados de la investigación, se encontró que el factor raza del docente también puede influir en la legitimidad de la autoridad docente.

Palabras-clave: Autoridad Docente. Género. Raza.

* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). 
<http://lattes.cnpq.br/6119044013062791> - E-mail: corradisim@gmail.com.

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar parte de uma pesquisa realizada, a nível de mestrado, que procurou analisar a questão sobre gênero e autoridade das professoras. Foram ouvidas, sete professoras iniciantes e atuantes no ensino médio e público de Minas Gerais. Por meio de entrevistas semiestruturadas, procuramos responder algumas questões: como as professoras em início de carreira percebem a autoridade docente e suas relações com o gênero? O que as professoras entendem por autoridade docente? Quais dificuldades ou facilidades encontraram para exercer suas autoridades no início de suas carreiras? As professoras relacionam autoridade a gênero? Quais explicações oferecem para possíveis semelhanças ou diferenças no exercício da autoridade docente entre homens e mulheres?

Procuramos entender se a autoridade da professora teria algum tipo de relação com o gênero. Os resultados indicaram que a depender do gênero do docente, este, por sua vez, terá sua autoridade mais respeitada ou não e, de acordo com as professoras entrevistadas, as mulheres tendem a ter sua autoridade docente menos legitimada. Para além da questão do gênero, a raça foi um elemento que surgiu em depoimento de uma professora negra. Para esta docente, a questão raça também poderia ter relação com a forma que um professor é visto em questão da sua autoridade em sala de aula. Assim, julgamos importante publicar um trabalho que tensione esse debate, pois ainda é um tema que não tem sido discutido no Brasil.¹ Portanto, neste artigo, procuramos evidenciar e protagonizar o depoimento da professora em questão. Mais que um depoimento, encaro sua fala como um grito de revolta por tudo o que passou e tem passado até hoje enquanto professora negra.

Como forma de estruturar este artigo, primeiramente, abordaremos os aspectos gerais da pesquisa de mestrado, ou seja, o caminho teórico e metodológico que foi percorrido para se chegar ao objeto de pesquisa. Em seguida, apontaremos alguns dados que surgiram sobre a autoridade das professoras e a questão do gênero. Após evidenciarmos tais questões, discutiremos sobre o tema em que nos propomos para este trabalho: tensionar o debate sobre a autoridade docente e a questão sobre a raça.

¹ A discussão sobre raça e autoridade docente tende a ser realizada apenas de uma forma indireta. O debate é visto principalmente em algumas pesquisas que têm como foco outros objetos de estudo como por exemplo em trabalhos sobre a identidade racial docente (COSTA, 2016; OLIVEIRA, 2020; EUCLIDES, 2017). Encontramos um artigo recente do ano de 2021 de Heloísa Florenço e Gildo Volpato, cujo foco é analisar a autoridade do professor negro a partir da percepção de estudantes e de professores/as negros/as que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental I. Tem-se um grande fluxo de estudos que se dedicam a refletir sobre a autoridade do professor sem vincular a raça ao debate. Entretanto, pesquisas que sejam focadas na questão da autoridade do(a) professor(a) negro, ainda carece em contexto nacional.

O caminho a se pensar: por que autoridade das professoras?

A autoridade, tradicionalmente e socialmente, é vista por muitos como algo atribuído aos homens. É comum que cargos em que a autoridade é um elemento inerente à práxis, exista uma representatividade masculina.

Um estudo brasileiro que demonstra a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, foi realizado em 2018. Comandado pelo IBGE e com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), a pesquisa demonstra que mulheres brasileiras, com idade entre 25 e 49 anos, ganham em média 20,5% menos que os homens no Brasil. Os dados, relativos ao quarto trimestre de 2018, demonstram avanço significativo no número de mulheres trabalhadoras entre 2012 e 2018, entretanto, continuam ganhando menos em relação aos homens. Nas ocupações selecionadas para o estudo realizado, as mulheres ganham menos em todos os segmentos de trabalho. Além disso, a nível nacional, apenas 4,5% das mulheres estão em cargos altos em comparação com 6,1% dos homens. Essa diferença de gênero, na liderança no campo organizacional, se eleva de acordo com o tamanho da empresa. Numa empresa que comporta mais de onze trabalhadores a percentagem de homens em cargo de chefia é, em média, 90% maior se comparado com as mulheres. Portanto, a chance de as mulheres chegarem em um nível alto da carreira é muito baixa.

Podemos perceber que um dos aspectos relevantes desse estudo sobre as dificuldades encontradas pelas mulheres no que tange ao acesso e oportunidades de emprego, diz respeito aos impedimentos em relação ao exercício de autoridade delas em certos cargos profissionais. Além do mercado de trabalho em si tender a contratar mais homens do que mulheres em certas profissões, a cultura organizacional influencia fortemente no (não) exercício de poder e liderança feminina, pois a disposição é que a organização dificulte o trabalho da mulher e elabore alguns obstáculos como o não reconhecimento da autoridade na organização. Nesse sentido, nas percepções sociais sobre a autoridade, costumam-se atribuir diferenças de autoridade aos sujeitos segundo o seu gênero, ou seja, as pessoas tendem a ver o homem como aquele que possui maior autoridade e poder. Partindo da perspectiva de Ballestrin (2013) essa visão sexista do poder é mais uma continuação do pensamento colonial que se desagua nas relações contemporâneas de poder, ser e saber. Assim, a lógica da estrutura colonial respinga aqui no hoje, no agora, atinge os sujeitos e nas relações destes um com os outros, impõe verdades na forma de se privilegiar certos conhecimentos e formas de saberes. De certo, a estrutura dorsal do colonialismo impacta outras facetas que permeiam o nosso estar no mundo. Sobre isso, Ramón Grosfoguel aponta que:

O racismo/sexismo epistêmico é um dos problemas mais importantes do mundo contemporâneo. O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo (GROSFUGUEL, 2016, p. 25).

Trazendo tal reflexão em relação a autoridade, nos parece que ela possui um gênero vinculado: o masculino, pois os dados indicam que onde existem mulheres também existem dúvidas sobre seu potencial para exercer autoridade. Diante destes fatos podemos perceber que subjetivamente a autoridade da mulher quase sempre está sendo colocada em xeque. A colonialidade do poder tem influência nesta questão, pois como afirma Ballestrin (2013, p. 99) “ele exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo”.

Se a autoridade parece ser um atributo dos homens, como as mulheres exercem autoridade em sala de aula? Ora, de acordo com o Censo escolar de 2007, no Brasil existem em média, um milhão e meio de professoras (1.542.925) exercendo a profissão docente na pré-escola, na educação básica e no ensino médio. Portanto é um campo majoritariamente feminino. Se o campo educacional é representado por mulheres e a ideia é de que a autoridade está vinculada aos homens, como as professoras desempenham sua autoridade docente? Como percebem a própria autoridade? As professoras percebem diferenças em suas autoridades quando se comparam aos professores homens? Quais explicações as professoras apresentam para possíveis diferenças entre a autoridade docente de homens e mulheres?

Antes de adentrarmos nas outras seções deste artigo, dois conceitos precisam ser discutidos: O que se entende por gênero e também por autoridade docente.

Em relação ao conceito de gênero, nesta pesquisa, utilizamos as contribuições de Scott (1995) que entende gênero como um elemento que recebe influências e se constituem nas e pelas relações sociais, o que transformam homens e mulheres em seres sociais, e a partir disto, estes homens e estas mulheres recebem códigos e símbolos que definirão o mais profundo e subjetivo entendimento do que é ser uma mulher e ser um homem. Portanto, a distinção entre os sexos pressupõe sobre as características que formam a identidade do ser masculino e do ser feminino. Assim, de acordo com Scott (1995) o gênero é um dos primeiros elementos a dar significados as relações de poder/ hierarquização social.

Já em relação a autoridade nos apoiamos em Weber (1999). O sociólogo alemão Max Weber apresenta a autoridade como mando e obediência, em outras palavras: por meio da autoridade,

sujeitos teriam a possibilidade de mandarem e serem obedecidos. Deste modo, Weber (1999) afirma que a autoridade é um elemento particular das relações socialmente hierárquicas. Sendo necessário que haja reconhecimento justificável em um sistema de poder, ou seja, para que sujeitos subordinados aceitem uma dominação precisa haver algum poder justificado, essa aceitação de submissão justificável Weber (1999) denominou de legitimidade. Daí que entendemos que autoridade é diferente de autoritarismo, pois para que um sujeito tenha autoridade, ele necessariamente precisa ser conhecido como uma figura de autoridade, já o autoritarismo como aponta Arendt (2016) não necessita de reconhecimento justificável, é baseado, portanto, na persuasão e violência. Encontrar autoridade no professor é justamente, reconhecê-lo que ele é uma figura que exprime autoridade. Essa figura de autoridade é quem vai permear as ações e atividades pedagógicas, assegurando um bom clima escolar na turma.

Aspectos metodológicos

A presente pesquisa tem como ponto metodológico a abordagem qualitativa, pois de acordo com Minayo (1994) este tipo de metodologia tende a contribuir em um aprofundamento e alargamento do objeto investigado.

Para a realização do estudo, selecionamos sete professoras que atuam no ensino médio em escolas do setor público de Minas Gerais e que estão em início de carreira. Conforme Huberman (1992), o início de carreira de um professor pode ser entendido como os primeiros três anos de carreira docente. A opção por investigar professoras em início de carreira se deu tendo em vista os desafios geralmente encontrados por professores iniciantes para exercer a autoridade em salas de aula (SCHUFT; CARTAUT, 2016). Além disso, docentes em início de carreira tendem a encontrar mais dificuldade quando atuam no ensino médio, pois a maioria de seus alunos serão adolescentes. Este período de vida, é comumente marcado pelas rápidas mudanças que passarão, mudanças essas de aspectos relacionados ao físico, social e emocional, o que contribui para maiores desafios enfrentados por professores iniciantes que atuam nesta modalidade de ensino (REIS; SANTOS, 2011).

Como forma de selecionar as sete professoras participantes, foi utilizado o método efeito bola de neve. Esse método é um tipo de amostragem não probabilística, ou seja, não existe a probabilidade de determinar ou imaginar todas as características de cada participante da pesquisa. Para dar início à seleção, valemo-nos de um primeiro contato com um sujeito considerado semente, que nos indicou outras que estavam iniciando sua trajetória profissional (VINUTO, 2014). Ao final,

pelas indicações das participantes, chegamos às sete professoras participantes².

Como o objetivo principal de analisar de forma mais ampliada as percepções das professoras iniciantes sobre a autoridade docente, realizamos entrevistas semiestruturadas com as sete docentes. De acordo com Gil (2008), a entrevista pode ser conceituada como uma técnica por meio da qual o investigador elabora perguntas e questões com o objetivo de coletar informações que interessam à investigação. As entrevistas ocorreram remotamente por meio do *Google Meet*, que é um serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo *Google*, pois, de acordo com o cenário atual de pandemia, essa é uma das formas que encontramos para a realização do método qualitativo deste trabalho.

Após a realização das entrevistas, construímos um quadro de sistematização de conteúdo por meio da formação das categorias e subcategorias com suas respectivas unidades de análise. Como aponta Bardin (2000), por meio da sistematização do conteúdo, é possível compreender as questões de forma crítica e aprofundada e não por meio de “achismos” e de leituras superficiais.

Aspectos gerais sobre as professoras participantes

- 1) Todas as professoras são do gênero feminino;
- 2) As idades das professoras variam entre 20 a 60;
- 3) As formações iniciais em História e Letras foram as mais destacadas;
- 4) Quanto ao tempo de docência das professoras, temos 4 professoras que estão há 2 anos na carreira docente, 2 professoras que estão no 3º ano da docência e uma professora que se encontra em seu 1º ano na docência;
- 5) 5 professoras se autodeclararam como brancas, 1 professora como negra e 1 professora como parda;
- 6) 4 professoras se declararam héteros, 2 professoras lésbicas e 1 professora bissexual;
- 7) 2 professoras se declararam católicas, 1 professora umbandista, 1 professora neopagã e 3 professoras que não se identificam com nenhuma religião.

O que os dados indicam:

Pretende-se aqui, evidenciar as principais conclusões obtidas na pesquisa em relação a autoridade docente das professoras em início de carreira.

² As professoras receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que a participação das mesmas fosse de ordem voluntária e consciente. Sendo assim temos o CAAE: 36406420.6.0000.5150 e o parecer de Número: 4.367.376.

- 1) A maioria das professoras em início de carreira entendem a autoridade enquanto poder, dominação e hierarquia (Weber, 1999), além disto, entendem que a autoridade necessita ser reconhecida para ser legítima (ARENDDT, 2016; WEBER, 1999, RENAUT, 2004; PRAIRAT, 2014).
- 2) A Autoridade foi percebida como o grande desafio no início da carreira. As professoras iniciantes demonstram ter tido bastante dificuldade em exercer a autoridade docente no início do percurso docente.
- 3) Segundo as professoras iniciantes, a autoridade é construída de acordo com o ganho de experiências. Quanto mais experiência a professora tiver, mais solidificada será sua figura de autoridade, porém as docentes em início de carreira afirmam que mesmo a autoridade docente podendo ser construída ao longo do tempo com o ganho de experiência, para as mulheres, ainda sim seria mais dificultoso ter a autoridade legitimada, e apontam que para os homens este fato é diferente, pois entendem que os homens são vistos naturalmente como uma figura de autoridade. Segundo as professoras entrevistadas, o professor também construirá sua autoridade com o decorrer do tempo, entretanto, esta construção será facilitada pela representação social do papel a ser exercido socialmente pelos homens.
- 4) As professoras em início de carreira percebem ter menos autoridade docente do que os professores homens e relacionam a autoridade com as relações de gênero, percebendo a autoridade como um elemento que compõe o “ser homem”. Exceto para uma professora, que não percebe diferença na autoridade entre professoras e professores, pois entende que a sociedade se encontra bastante avançada e que as mulheres conquistaram muitos direitos, inclusive o de ser encarada como uma figura de autoridade.
- 5) O fator raça surgiu como elemento a ser considerado na influência da legitimidade da autoridade docente.

Raça: elemento influenciador para legitimar a autoridade docente

De todas as professoras participantes da pesquisa, apenas uma docente apontou a questão sobre a raça como fator que poderia influenciar na forma como se é respeitada em sala de aula. A docente infere que o fato de ser uma mulher negra resulta em ser constantemente questionada se tratando daquilo que ensina. Em outras palavras, seus alunos não acreditam em sua credibilidade científica.

Sobre a dificuldade em ter credibilidade científica, ou competência científica, Maya (2000)

nos lembra que a competência científica é o conhecimento do professor perante a matéria que leciona. Então, quando a professora de história aponta a dificuldade em ter credibilidade científica perante seus alunos, isso quer dizer que os mesmos duvidam do seu conhecimento em relação a disciplina que leciona. É necessário enfatizar que a competência científica se configura como um elemento que influencia a legitimidade da autoridade docente. Não acreditar no trabalho de uma professora negra que leciona a disciplina de história é um emblema de como as categorias de classe, gênero, raça, etnia, sexualidade, atuam como forças de classificar, excluir e selecionar. É necessário pensar como os discursos considerados legítimos são vinculados aos brancos, homens e héteros. Diante dos relatos da professora, podemos identificar o palco da colonialidade: Uma mulher negra ensinando história na frente de uma turma de alunos, os quais necessitam respeitá-la. É uma mulher negra sendo autoridade, mas não sendo reconhecida como tal. É uma mulher negra que estudou, mas não acreditam naquilo que sai de sua boca, é uma mulher ocupando um espaço de conhecimento e mesmo assim, duvidam do mesmo. Ainda que estejamos em outro século, em outro dia, ou “em um contexto de globalização, cultura, identidade (classe/etnia/gênero), migração e diáspora, apareceram como categorias fundamentais para observar as lógicas coloniais modernas, sendo os estudos pós-coloniais convergentes com os estudos culturais e multiculturais” (BALLESTRIN, 2013, p. 94).

(Amanda³, professora de história): A minha credibilidade, porque enquanto mulher, jovem e negra dentro de uma sala de aula, porque não é um lugar para gente né? ainda mais pessoas negras que somos. A gente entende que aquilo não é um lugar pra gente.

Neste pequeno fragmento, encontramos grandes questões. Amanda, professora de história, foi a única docente a relatar ter tido dificuldade em ter credibilidade científica. A mesma acredita que o fato de ser jovem, recém-formada e uma mulher negra, muito se explica o descrédito dos alunos perante o seu trabalho. A idade, a cor da pele e o gênero, são elementos que influenciam vários sujeitos na forma como cada pessoa sente e percebe o mundo e se cada pessoa sente e percebe o mundo de forma diferente significa que somos atravessados por inúmeros elementos, como por exemplo: a cultura que estamos inseridos, o país que moramos, a família a qual pertencemos, o nosso *status* social, nossa idade e também a etnia/cor que nos concerne.

Esses elementos citados pela professora Amanda, faz dela um sujeito único e subjetivo e, portanto, é indispensável nos atentarmos ao conceito de interseccionalidade:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque

³ O nome da docente utilizado neste artigo, é fictício.

integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70 *apud* HIRATA, 2014, p. 4).

Então, a interseccionalidade nos permite cruzar vários eixos para explicar vários sistemas de opressão, ou seja, a interseccionalidade nos permite, por exemplo, falar de raça tendo como alicerce outros marcadores sociais e que juntos dão sentidos complexos para a desigualdade dos sistemas sociais. Por isso, é possível entender que a professora Amanda não só atribuiu sua dificuldade de credibilidade científica por conta de sua cor, mas também pelo seu gênero e sua idade.

Como se depreende da fala da professora de história, para ela, o fato de ser uma mulher negra tornaria a sua palavra inválida perante seus alunos, mesmo que a professora tenha estudado para estar atuando. O que o relato nos mostra é que o estudante duvida de sua explicação e levanta a incerteza sobre a propriedade intelectual da professora, e se tratando de descrédito intelectual em relação a mulheres negras, Bell Hooks (1995) afirma que a presença de mulheres negras em um meio científico, que historicamente sempre foi branco, gera um grande descontentamento e questionamentos em relação a sua competência e credibilidade científica. Este questionamento pode ser observado em outro caso ocorrido com a professora Amanda:

(Amanda, professora de história): Teve um episódio que eu estava dando aula para o segundo ano eu iria começar a falar sobre as teorias raciais do século XIX, a questão de trazer muita imigração de pessoas brancas europeias para tentar miscigenar a população e acabar com as pessoas negras porque na época esse darwinismo social e cientificismo estava atribuindo o atraso do Brasil por conta da população negra. Um aluno homem que deve ser mais velho que eu, falou que não acreditava no que eu estava falando e eu disse que eu não estava dando uma opinião, era história ele ia aumentando o tom de voz comigo sabe? Para demonstrar que não acreditava no que eu estava falando. Essa situação claramente não aconteceria se eu não fosse uma mulher jovem, porque eu conheço e tenho amigos que são homens e professores que jamais tiveram problema de credibilidade dentro de sala e muito menos tiveram que defender a história. São coisas que a gente que é mulher percebe que se fosse um homem, aquilo não aconteceria sabe?

Assim como a professora entrevistada percebeu que o aluno duvidou de sua competência científica, a percepção sobre o descrédito intelectual em relação à professora negra também surge na pesquisa de Euclides (2017). Ao propor um estudo qualitativo com o objetivo de analisar a trajetória profissional de docentes negras e doutoras que atuam em universidades públicas do Ceará, a pesquisadora constatou que a nível universitário, várias professoras percebem um certo questionamento quando o assunto é ciência. De acordo com uma professora entrevistada por ela, um dos motivos da falta de credibilidade intelectual e científica das professoras negras é porque: “já se tem previamente definido, que mulheres negras não teriam capacidade para desenvolver ou ocupar

determinados espaços de poder” (EUCLIDES, 2017, p. 34). Esta frase muito se aproxima do que a professora Amanda diz sobre o lugar da mulher negra na sala de aula: “não é um lugar para gente, ainda mais pessoas negras que somos”.

Sendo mulher negra e professora, Amanda destaca algo que é muito comum de se acontecer aos negros no Brasil: ter que se esforçar mais, trabalhar mais, correr mais, andar mais, estudar mais para conseguir alcançar aqueles que provavelmente já se encontram em um lugar socialmente pré-colocado.

(Amanda, professora de história): A gente tem que estudar muito mais, a gente tem que fazer na vida e mesmo sendo a escola meu local de trabalho isso também vai acontecer. A gente tem que provar duas três vezes que a gente está certa. A gente tem que ser duas, três vezes melhor, temos que bancar com conhecimento que o que estamos fazendo é legítimo.

O depoimento de Amanda nos remete ao estudo de Grada Kilomba (2019), que relembra sobre a máscara facial de metal que foi um instrumento de tortura com o objetivo de tapar a boca de pessoas escravizadas. Para Kilomba, essa máscara pode ser vista como um símbolo das políticas de silenciamento do colonialismo. O fato de uma pessoa branca tapar a boca de um sujeito negro, corrobora e mantém a noção de que aquele que é inferior não deve falar. O silêncio que perpetua é assim, não somente ausência de fala. É também ausência de corpo, do ser e do poder.

A máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de 300 anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/as comessem cana-de-açúcar, cacau ou café, enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo (KILOMBA, 2019. p. 33).

Se a boca está tapada, então quem pode falar? Sobre o que se pode falar? quem pode ser professora de história? Porque não a professora Amanda? Por qual motivo essa professora haveria de estudar três vezes mais para que seus alunos acreditem em sua fala? Qual fala haveria de ser mais importante? É daí que se percebe as marcas do colonialismo. Pois:

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (SANTOS; MENESES, 2010, p. 11).

Quem pode saber? O que deve saber? Amanda sabe, mas não deveria saber. Amanda provavelmente irá se cansar mais que alguns colegas de profissão. Estudará mais e tentará conhecer mais para que sua fala e seu conhecimento sejam aceitos. Talvez Amanda não terá a mesma saúde mental que seus colegas brancos de profissão. Por mais que estejamos aqui especulando

acontecimentos futuros, ainda assim poderemos estar corretos.

Considerações finais

Através deste artigo pretendeu-se lançar foco para um dos resultados obtidos pela pesquisa de mestrado sobre a percepção das professoras em início de carreira, sobre a autoridade docente. Para além do gênero, foi identificado que a raça do professor pode ser considerada como um elemento influenciador para a legitimidade da autoridade docente. Pesquisas que foquem nesta questão ainda carece de publicações. Procuramos assim, contribuir com o alargamento do debate, pois através do depoimento da professora entrevistada é possível identificar como o racismo se encontra dentro da sala de aula em relação aos docentes.

Podemos encarar como uma extensão do racismo estrutural o fato da professora ser sempre questionada em relação ao que diz, mesmo sendo formada em história, depois de ter frequentado o ensino superior. Silvio de Almeida, entende que a estrutura social do racismo se vincula ao racismo institucional, pois “as instituições são a materialização das determinações formais na vida social” e derivam das relações de poder, conflitos e disputas entre os grupos que desejam admitir o domínio da instituição (ALMEIDA, 2018, p. 30). Daí que a instituição escolar não deixa de fazer parte das instituições que Silvio de Almeida vem a propor. Por mais que a escola seja entendida e vista como um local de troca de saberes, que fomenta a igualdade e respeito, ela ainda possui um alicerce pautado naquilo que se entende por verdadeiro, ideal, melhor e dentro das normas sociais, como por exemplo o conteúdo que se estuda, o que se aprende, o que se comemora nas escolas e consequentemente quem está autorizado a ensinar e a aprender.

Esperamos que este artigo, sirva de reflexão para as próximas pesquisas e que futuramente tenhamos mais trabalhos sobre o assunto. Especialmente com maior amostragem, envolvendo a opinião dos alunos, de professores homens e de outros atores sociais.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, 2013, p. 89-117.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2000.

COSTA, Vanessa Rosa da. **Identidade racial docente: Trajetórias e desafios percorridos.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Porto Alegre: Universidade Federal Do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2016.

EUCLIDES, Maria Simone. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas.** Tese (Doutorado em Educação), Fortaleza: Universidade Federal do Ceará - UFC, 2017.

FLORENÇO, Heloísa Martins; VOLPATO, Gildo. A autoridade do professor negro: um estudo sobre a percepção de estudantes e professores/as dos anos iniciais. **Revista Saberes Pedagógicos**, v. 5, n. 3, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª Ed.. São Paulo: Atlas, 2008.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016, p. 25-49.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, 2014, p. 61-73.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, n. 2, 1995, p. 464-478.

HUBERMAN, Michael. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores.** 2ª Ed.. Porto: Porto, 1992. p. 31-61.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Trad. de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MAYA, M. J. **A autoridade do professor: o que pensam alunos, pais e professores.** Lisboa: Texto Editora, 2000.

MEC/INEP. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro: Com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007.** Brasília, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf>>.

MINAYO, Maria Célia de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 18ª Ed.. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Edicleia lima de. **Trajetórias e identidades de docentes negras na educação superior.** Dissertação (Mestrado em Educação), Dourado: Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura Sousa Santos; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Editora Cortez, 2010, p. 84-130.

PRAIRAT, Erick. **L'autorité éducative au risque de la modernité**. Recherche et formation, 2012.

REIS, Cássia Barbosa.; SANTOS, Nayara Rosa dos. Relações desiguais de gênero no discurso de adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, 2011. p. 3979-3984.

RENAUT, A. **O fim da autoridade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

SANTOS, Boa Ventura de Souza; MENESES, Maria Paula. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. 637 p.

SCHUFT, Laura; CIAVALDINI-CARTAUT, Solange. Genre et représentations del'autorité chez les enseignantes débutantes exerçant en lycée professionnel. **L'orientationscolaire et professionnelle**, v. 3, n. 453, 2016.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, 2014, p. 203-220.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

Recebido em: 01 de março de 2022.

Aprovado em: 28 de março de 2022.